

Um Livro sobre Arquivos e História

Ana Canas Delgado Martins. *Governança e arquivos: D. João VI no Brasil*. Lisboa: Instituto do Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2007. 439 p.

Ismênia de Lima Martins

Doutora em História pela USP e professora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

Governança e arquivos: D. João VI no Brasil constituiu-se na tese de doutorado de Ana Canas Delgado Martins, apresentada ao Programa Bibliography & Information Studies da Universidade de Londres.

No Brasil atual, as teses doutorais tornaram-se, na prática, exigência obrigatória para o início da carreira de pesquisa e magistério superior. Tal condição faz com que muitas delas careçam de maturidade intelectual, erudição e rigor teórico. Nesse sentido, o trabalho de Ana Canas é uma tese à antiga, ou seja, aquele trabalho que coroa uma trajetória profissional bem-sucedida, em que a dedicação, o método e a disciplina, aliados à agilidade intelectual e ao amor pelo tema, produzem uma obra de vulto.



Antes de doutorar-se, a autora licenciou-se em história, pós-graduou-se em ciências documentais (arquivo) e concluiu o mestrado em história moderna de Portugal, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Se na formação acadêmica transitou pelas áreas de história e arquivologia, seu maior desempenho profissional ocorreu na área de documentação. Atual diretora do Arquivo Histórico Ultramarino, a autora foi arquivista do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre de Tombo, tendo, em 1997, organizado e integrado uma missão técnica, formada por especialistas portugueses, que esteve no Rio de Janeiro para identificar os documentos produzidos pela administração central do período colonial, guardados em instituições brasileiras.



Tratava-se de complementar séries documentais existentes em Portugal, centrando-se a pesquisa nos documentos transferidos em razão da vinda da Corte portuguesa para o Brasil ou produzidos durante sua permanência, entre 1808 e 1822.

A insuficiência e/ou inadequação dos instrumentos de pesquisa documental dificultaram a identificação da proveniência dos documentos, limitando a sua descrição e, conseqüentemente, o acesso dos pesquisadores. Evidenciou-se a lacuna derivada da ausência de uma história custodial e arquivística, bem como a insuficiência da história administrativa e biográfica dos organismos e dos indivíduos ou famílias, prejudicando a reconstituição das séries documentais.

Assim, no pleno exercício de seu ofício como documentalista e conhecendo as vicissitudes no campo da pesquisa, a autora engendrou o seu projeto de estudo: reconstituir a história custodial dos arquivos dos órgãos da administração central portuguesa entre 1808 e 1822; apurar os processos de criação e circulação de documentos entre Lisboa e Rio de Janeiro, recuperando as formas como foram organizados e arquivados; sistematizar as transferências de arquivos que ocorreram entre Portugal e Brasil.

Os resultados do ambicioso projeto materializaram-se com sucesso neste livro, que se tornou possível graças a vários fatores, entre eles os apoios institucionais a que se refere Ana Canas em seu agradecimento, mas, sem dúvida, devem-se à sua inesgotável capacidade de pesquisa, ao conhecimento da documentação do período e, sobretudo, à sua formação de historiadora.

No campo da editoração, as notas minuciosas, longas e abundantes podem se constituir numa dificuldade para o editor. No presente livro, não devem ter fugido à regra. Um dos capítulos apresenta 427 notas, e outro 384, por exemplo. No entanto, mais que o número, o que ressalta é seu caráter qualitativo. Decididamente, coroam a obra, enriquecendo-a com referências pertinentes, cotejando fontes ou preenchendo lacunas informativas.

Algumas notas ocupam espaço de quase uma página. Uma eminentemente técnicas, como a de número 126 do capítulo 5, que trata da série dos ofícios da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra enviados aos governadores do reino. Nesse caso, a autora apresenta minuciosa e criticamente o desmantelamento que vitimou as aludidas séries. Outras notas constituem-se em verdadeiros subtítulos, sistematizan-



do informações até então praticamente ignoradas. Tal é o caso da nota 181, do mesmo capítulo 5, referente ao tempo consumido na circulação de documentos entre Rio e Lisboa, conseqüentemente o necessário à consecução administrativa. Nesse caso particular, a nota em questão deleita os leitores com detalhes sobre a ordem de uma demissão que levou um ano para ser conhecida e da resposta ao requerimento de um cidadão que prestara serviços militares que tomou quase dois anos.

O texto examinado é rico em exemplos da qualificação da autora, e consegue, inclusive, num livro em princípio técnico, proporcionar leitura agradável e emocionar os leitores com as descrições dos atropelos da transferência da Corte e dos problemas da administração do reino, por meio das dificuldades da circulação dos documentos oficiais.

Muitas outras observações poderiam ser feitas sobre a historiadora que a obra revela, as quais escapam aos limites desta resenha. Mas não se pode deixar de mencionar sua capacidade de propor questões aos documentos, tarefa primordial no ofício de historiador.

Merecem destaque as estratégias de pesquisa utilizadas na consecução do projeto, elegendo como objeto privilegiado da

investigação a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (excluídos da última os arquivos da Repartição dos Negócios da Guerra). A delimitação justificava-se não apenas por aspectos de ordem prática, que permitiram viabilizar a pesquisa em Portugal e no Brasil no prazo fixado, mas, também, por questões inerentes ao próprio objeto de estudo.

A primeira prendeu-se ao fato de que o eixo principal da circulação de documentos e informações oficiais entre o governo sediado no Rio de Janeiro e a Regência de Lisboa passava pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, que detinha as maiores competências no âmbito da administração interna, sendo o seu titular, ao mesmo tempo, o assistente dos despachos reais.

Por outro lado, a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, além de oferecer possibilidades de comparação, possuía particular relevância no período, marcado pela debilidade política e militar de Portugal no reino, como cita a autora, ao que se poderia somar o interesse crescente pelo Brasil nas cortes européias.

É importante destacar que os arquivos da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e da Secretaria dos Negócios da



Marinha e dos Domínios Ultramarinos, além da Repartição dos Negócios da Guerra, ainda que secundarizados, como ressalva a autora, não foram esquecidos, assim como o arquivo do gabinete do rei e a documentação do Conselho do Estado, mesmo não constituindo um arquivo próprio. Além disso, foram objeto das pesquisas os arquivos e as coleções particulares de personalidades portuguesas que ocuparam postos públicos de relevância no período estudado.

Para que se possam inferir as dificuldades com que lidou, até para realçar o mérito do trabalho, cabe observar que coleções e arquivos trabalhados encontravam-se dispersos em diferentes instituições portuguesas e brasileiras. Acrescente-se que vários instrumentos de descrição não foram publicados e estão disponíveis apenas localmente, sendo pouco significativos os que podem ser consultados on-line.

A obra contém sete capítulos. O primeiro trata da administração central portuguesa antes das invasões napoleônicas, dedicando-se particularmente às reformas do século XVIII e à administração do Brasil. Descreve a criação e as competências da Secretaria de Estado e as estruturas dos órgãos encarregados da administração e do governo dos territó-

rios brasileiros. O capítulo seguinte trata da transferência da Corte e das instruções políticas e de governo deixadas pelo príncipe.

Do ponto de vista editorial, a autora poderia ter fundido os dois textos numa introdução, considerando o pequeno número de páginas (total de dezoito) e, sobretudo, o conteúdo dos mesmos, que se apresenta mais sistematizador das informações preexistentes do que analítico, se comparado a outros capítulos. Da mesma forma, o capítulo 6 – As rupturas (1820-1822), com 22 páginas, poderia se inserir introdutoriamente no capítulo 7. Tais observações devem ser lidas como achegas, neste parecer que propõe o elogio do livro, o qual se tornará, na certa, referência obrigatória para os especialistas.

O terceiro capítulo apresenta o governo napoleônico, a presença britânica e o governo português, dedicando o maior esforço ao restabelecimento e reorganização da Regência e à fragilidade governativa diante da ausência continuada do rei.

O quarto capítulo trata do governo no Rio de Janeiro, entre 1808 e 1820, a reconstrução do aparelho de estado à imagem e semelhança do que funcionava em Lisboa, com os ajustes necessários que



implicaram a criação ou extinção de órgãos, fusão de outros etc. A autora relata alguns aspectos do modo de governar do príncipe regente, o futuro dom João VI, e enuncia o que chamou de grandes questões do governo, centradas em uma perspectiva mais brasileira.

Ana Canas, nestes dois capítulos, analisa a complexidade das conjunturas específicas, portuguesa e brasileira, que se refletiram inclusive nos documentos produzidos pela administração. Revela grande domínio da bibliografia sobre o período, de autoria de portugueses, brasileiros, ingleses etc., trabalhada em seu texto de forma competente e dialogando com fartas referências documentais.

Os capítulos 5 e 7 podem ser considerados as partes mais originais do livro. No primeiro, restabelece o processo de criação e circulação dos documentos das secretarias de Estado e de outros órgãos da administração central. Explica, pormenorizadamente, o funcionamento dos circuitos documentais entre os governadores do reino e secretários em Lisboa e o monarca e os secretários de Estado no Rio de Janeiro, assim como recupera os sistemas de classificação aplicados nos arquivos da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros.

O capítulo 7 trata, concretamente, do que sucedeu com os documentos criados ou integrados em organismos da administração central portuguesa entre 1808 e 1822 e, particularmente, do que ocorreu neste campo, após o regresso do monarca a Lisboa. Sua primeira parte considera os efeitos da ocupação napoleônica. Em seguida, sistematiza o fluxo da documentação solicitada pelo governo de Rio de Janeiro a Lisboa e examina as estratégias do poder diante da documentação oficial evocativa de memórias consideradas incômodas.

A maior contribuição é a luz que lança sobre os acidentados caminhos percorridos pelos arquivos da administração central portuguesa, entre Portugal e Brasil. Indica e localiza os conjuntos de documentos da Secretaria de Estado e de outros organismos públicos que ficaram no Rio de Janeiro, além daqueles que foram enviados a Lisboa, possibilitando a reconstituição intelectual de alguns arquivos.

A autora relata, ainda, as principais iniciativas de cooperação entre Brasil e Portugal para identificar e oferecer acesso a documentos criados até a Independência. Tem consciência de que seu estudo propiciou a reconstituição do processo de criação, circulação e organização de documentos produzidos pelas secre-

tarias de Estado estudadas, facilitando o tratamento arquivístico desses organismos e de outros a eles relacionados. E espera a seqüência deste trabalho a partir da produção de instrumentos de descrição documental mais elaborados, necessários à plena compreensão dos fundos. Talvez, por isso, cite, na abertura e no encerramento de sua Introdução, como exemplo a ser trabalhado, o caso da Coleção dos Negócios de Portugal no Arquivo Nacional, do Rio de Janeiro.

A pesquisa de Ana Canas Delgado Martins é notável. Sua obra não é definitiva por conta do estado problemático da documentação que encontrou e tão bem descreveu. Recentemente, quando o seu livro já se publicava, “descobriu-se” no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro que a coleção

de documentos, sem qualquer tratamento até então, conhecida como a “Correspondência de João Almeida” era realmente a coleção do Conde das Galveias, João Almeida de Melo e Castro. Galveias foi ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (1809-1814) e ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1812-1814), e o material já examinado evidencia que não se trata de documentação sobre assuntos particulares!

Apesar das surpresas que as novas “descobertas” arquivísticas possam reservar, os conhecimentos estruturantes sobre a documentação do período joanino, produzidos por Ana Canas, fazem de seu livro um texto emblemático para os estudiosos do período.